

Loucura e Lucidez: a experiência de Lima Barreto com a loucura no início do século XX e as suas contribuições à escrita da História

Adeliana Alves Barros*

“Todas essas explicações da origem da loucura me parecem absolutamente pueris. Todo o problema de origem é sempre insolúvel; mas não queria já que determinassem a origem, ou explicação; mas que tratassem e curassem as mais simples formas. Até hoje, tudo tem sido em vão, tudo tem sido experimentado; e os doutores mundanos ainda gritam nas salas diante das moças embasbacadas, mostrando os colos e os brilhantes, que a ciência tudo pode”.¹

RESUMO

Essa pesquisa busca refletir, a experiência de Lima Barreto com a loucura enquanto interno do Hospício D. Pedro II no Rio de Janeiro. Lima Barreto retratou o seu tempo com profundo espírito crítico, pondo o social sob juízo, avaliando e denunciando o saber e as práticas da medicina alienista, que no período voltava-se à normalização e ao controle do social através de discursos pautados na justificativa da razão e da moral. Descrevendo o dia a dia do sujeito da doença através dos relatos de sua própria experiência, o escritor buscou organizar por meio de sua escrita, sua confusa e sofrida experiência no hospício. A partir de suas duas internações no Hospício Nacional do Rio de Janeiro (D. Pedro II), a primeira de 18 de agosto a 13 de outubro de 1914 e a segunda de 25 de dezembro 1919 a 02 de fevereiro de 1920, pretende-se compreender as especificidades do seu olhar por meio de seus testemunhos sobre a loucura expressos nas obras *“Diário do hospício”* (Autobiográfico/ 1920) e *“O cemitério dos vivos”* (Romance/ 1921). Também nos interessa examinar o corpo documental (Prontuários médicos) referente às suas internações produzidos pela instituição responsável por seu internamento, esta chamada por Lima Barreto de “inferno social”²

*Graduanda em História pela Universidade Federal do Ceará- UFC. Bolsita do Programa de Educação Tutorial (PET-História/ MEC-Sesu). Email: adelianabarros@gmail.com. O presente trabalho foi desenvolvido sob a orientação de Frederico de Castro Neves, Doutor em História; Professor da graduação e da pós-graduação do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará- UFC.

¹BARRETO, Afonso Henrique de Lima. *Diário do Hospício; o cemitério dos vivos*. Afonso H. de Lima Barreto. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, divisão de editoração, 1993. P. 39.

² Idem. Ibidem.

e de “cemitério dos vivos”³, tentando perceber o quanto e como os escritos sobre sua experiência podem contribuir para a escrita da História sobre a loucura.

Palavras-Chave: Lima Barreto-experiência-loucura-escrita de si.

1 A ordem social e a ordem terapêutica na construção do cemitério dos vivos.

Segundo Sidney Chalhoub na virada do século XIX para o século XX, as classes pobres passaram a ser vistas como classes perigosas, não apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e para a manutenção da ordem pública, mas porque as mesmas ofereciam perigo de contágio, chamado assim por ele de perigo social. (CHALHOUB, 1996, p. 29). Entre os indivíduos pertencentes às classes perigosas estavam os “loucos”, que no período também representavam os sujeitos controlados por um projeto de sociedade excludente, voltado à disciplina, à normatização e definidor de padrões que seguiam a lógica da modernidade e do progresso.

A ideia de modernidade empreendida no Brasil do início do século XX rompia com as subjetividades dos sujeitos ao impor regras voltadas a um padrão de “normalidade” e legitimava-se a partir de posturas imbuídas de essência moral, conduzidos por um forte juízo social, que separava os sujeitos inadaptáveis das relações sociais comuns, tornando-os multidão, essa que segundo nos diz Maria Clementina Pereira Cunha em *O espelho do mundo*, era percebida através do discurso oficial como o temor das classes dirigentes. (CUNHA, 1986, p. 40).

A busca pela disciplinarização fez com que o controle recaísse sobre as classes pobres, vistas como perigosas e o alienismo voltado à medicalização das práticas de internamento e a ideia de “assistência” aos pobres e doentes fez dos setores marginalizados os candidatos natos à experiência do hospício. A medicina alienista necessitava compor o seu arsenal teórico para assim conseguir enquadrar como “doentes” todos aqueles vistos como diferentes, anormais e inconvenientes, e neste momento a “loucura moral” ganhou força nos discursos e nas práticas deste saber.

³ Idem. Ibidem.

A psiquiatria ao longo de sua história aderiu diferentes campos teóricos estabelecendo intensos debates em seu interior. A mesma apresenta-se no início do século XX como produto das concepções organicistas voltadas à regeneração moral, pautada na teoria da degeneração em sua dimensão social e na questão da hereditariedade biológica⁴. Com isso, a medicina alienista constituiu o seu aparato institucional (hospícios) voltado à regeneração dos indivíduos, às normas de disciplinarização e à assepsia moral da cidade através das práticas da eugenia.

O louco moral descrito pelo saber alienista é aquele reivindicador, criador de casos, insubmisso e por esse motivo é visto como a mais perturbadora forma de manifestação da loucura, além de ser dificilmente diagnosticado pelos leigos por não apresentarem sinais de delírio ou de deformidade física. Com isso, podemos perceber a nítida pretensão do alienismo em tornar o diagnóstico da loucura um privilégio do olhar clínico do especialista. Em seu livro *Cemitério dos vivos*, Lima Barreto nos aponta essa postura adotada pelos alienistas:

“A loucura se reveste de várias e infinitas formas: é possível que os estudiosos tenham podido reduzi-las em uma classificação, mas ao leigo ela se apresenta como as árvores, arbustos e lianas de uma floresta: é uma porção de coisas diferentes. Uma generalização sobre seu fundo pecaria pela base. Choques morais, deficiência de inteligência, educação, instrução, vícios, todas essas causas determinam formas variadas e desconstruídas de loucura: e, às vezes, nenhuma delas o é”. (BARRETO, 1993, p. 148).

Ainda questionando os limites desse olhar clínico especialista, prossegue:

“Há um grande mal em querer desprezar as observações dos leigos; muitas vezes é preciso estar livre de construções lógicas, erguidas a priori, para se chegar à verdade, e não há como levar em linha de contas aquelas”. (BARRETO, 1993, p.174).

⁴ CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo*: Juquery, a história de um asilo. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 79.

No final do século XIX e início do século XX, a configuração espacial de algumas cidades brasileiras especificamente o Rio de Janeiro (capital republicana), passou por um grande processo de remodelação urbana, afetando as práticas sociais e culturais, atenuando grandes problemas, como, condições sanitárias precárias, insegurança, doenças, fome, desemprego e falta de moradia. Nicolau Sevcenko em *Literatura como missão*, que retrata com grande riqueza de detalhes este período no Rio de Janeiro, nos fala acerca do controle e das perseguições por quais passaram as “classes pobres”, e como as mesmas foram banidas das regiões centrais e levadas aos subúrbios da cidade. A população pobre discriminada pelos trajes e pela cultura, foi ameaçada com isolamentos compulsórios de prisões, hospícios e isolamentos sanitários, legitimado pelos jornais, pela polícia e pelos médicos que exerciam a manipulação dos corpos. (SEVCENKO, 1999, p.66).

Seguindo a lógica da modernização, da higiene pública e do aperfeiçoamento moral e material da cidade que assim caminhava rumo à civilização, o discurso médico ganhou força neste período, uma vez que, os médicos eram vistos como os detentores do saber e da receita para a “cura” daqueles indivíduos que carregavam consigo as marcas da anomalia, da diferença, da doença, associados, portanto, ao atraso. Sem um projeto muito claro, o alienismo do início do século XX estava voltado para a construção e difusão dos preceitos de moralidade, sustentado em padrões familiares normalizados, na disciplina para o trabalho, na aceitação dos papéis sociais e nas rotinas impostas pela vida nas cidades. Neste período o saber médico constituiu um discurso acerca da loucura moral, definindo-a como comportamentos individuais considerados perigosos e nocivos para a harmonia social, porém não criminalizáveis. A mesma ampliou significativamente as possibilidades de intervenção social da psiquiatria, e a questão da hereditariedade biológica ganhou força nos discursos dos alienistas que buscavam convencer a sociedade de seus diagnósticos.

A psiquiatria utilizou-se da função moralizadora para justificar a interdição e a internação dos sujeitos, fazendo do hospício o seu grande mecanismo de controle. O hospício ganhará “a função de depósito necessária a uma sociedade que recém se organiza para a vida urbana e para as disciplinas da fábrica, assumindo as tarefas

iniciais de organizar, limpar e docilizar o mercado de trabalho eliminando suas “sobras” e “detritos””. (CUNHA, 1996, p. 128). Através da regulamentação e da institucionalização da loucura como um objeto do saber médico, foi se estabelecendo olhares e dizeres ao discurso alienista que através da discriminação, violência e até mesmo da utilização da repressão policial, realizou suas teorias e práticas higienistas, representando no período estudado a vontade do Estado, que claramente desejava construir uma civilização à Belle époque.

Lima Barreto nos faz pensar acerca do papel que a polícia assumia como elemento fundamental da vigilância médica nas primeiras décadas do século XX em *Cemitério dos vivos*:

“O pavilhão de observação é uma espécie de dependência do hospício a que vão ter os doentes enviados pela polícia, isto é, os tidos e havidos por miseráveis e indigentes”. (...) A polícia, não sei como e porquê, adquiriu a mania das generalizações, e as mais infantis. Suspeita de todo o sujeito estrangeiro com nome arrevesado, assim os russos, polacos, romaícos são para ela forçosamente cáftens; todo o cidadão de cor há de ser por força um malandro; e todos os loucos hão de ser força furiosa e só transportáveis em carros blindados”. (BARRETO, 1993, p. 121).

O espaço urbano abrigava epidemias, bêbados, prostitutas, menores abandonados, ladrões, biscateiros, negros libertos, cortiços, mendigos, loucos e vários outros sujeitos que caracterizavam e expunham a pobreza, além de representarem o perigo para as classes dominantes. Esses sujeitos comprometiam a imagem da sociedade civilizada e próspera, ameaçando a saúde da mesma. Com isso, a teoria da degenerescência estava na ordem do dia tornando os comportamentos pessoais e sociais que não seguiam as normas da moral e da disciplina, objeto de estudo da medicina que aproximou tais comportamentos ao crime ao colocar sob a égide da suspeita os sujeitos incômodos.

“A metáfora médica do contágio, risco imediato, que torna a multidão em si mesma um perigo iminente, é largamente utilizada aí, a indicar a necessidade de esquadrihar, conhecer e organizar a população da cidade, definindo lugares e destinos para cada categoria, estabelecendo disciplinas e rotinas, criando regras capazes de transformar a multidão disforme e ameaçadora em um laborioso e pacificado formigueiro humano.”
(CUNHA, 1986, p. 40).

Tornar a loucura algo perceptível somente ao olhar do especialista, criar uma instituição modelo (hospício) fazendo da mesma um centro de estudo, medicalizar comportamentos e ampliar a capacidade de internamento e de higienização social, constituíam-se como objetivos principais do alienismo no Brasil no começo do século XX. O mesmo buscava além disso, conferir legitimidade à exclusão dos indivíduos propondo a regeneração dos mesmos, disciplinando os sujeitos resistentes ao trabalho e reforçando os papéis socialmente importantes para o resguardo da ordem.

A loucura segundo Michel Foucault, é uma definição bastante rigorosa dos desvios de comportamentos para que a sociedade tenha tempo disponível de prever, para cada um deles, o modo de neutralização que o convém⁵, com isso, é possível tentar compreender quais os mecanismos criados pela sociedade da modernidade e do progresso do fim do século XIX e início do século XX no Brasil, para vigiar e controlar os indivíduos transgressores.

Desta forma, pretendo alcançar e problematizar o discurso médico do período através das obras *Cemitério dos vivos* e *Diário do hospício*, ambas de Lima Barreto. Discurso este que herdou do alienismo clássico o componente moral, colocando-se a serviço da construção de uma sociedade “saudável”, apta ao trabalho e ao progresso, representando o saber responsável pela saúde e que deveria impedir atos que perturbassem a ordem e as leis voltadas ao bom funcionamento da sociedade.

Perceber como a sociedade do início do século XX no Brasil se relacionava com o louco, com o discurso médico e com a instituição asilar por meio da literatura, dos documentos institucionais e dos registros produzidos pelos próprios sujeitos que experimentaram o estigma e a exclusão, “os loucos”, e de que forma os mesmos podem contribuir para a escrita da História sobre a loucura, apresenta-se como um dos objetivos desta pesquisa.

⁵ FOUCAULT, Michel. *Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

2 O lúcido Lima Barreto e o seu estigma de louco

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no Rio de Janeiro, no dia 13 de maio de 1881. Era filho de João Henriques de Lima Barreto (administrador da Colônia de alienados da Ilha do Governador) e de Amália Augusta Barreto (professora). Lima Barreto recebeu uma educação incomum para um mulato da época, chegando a frequentar a Escola Politécnica a qual abandonou após sucessivas reprovações. Em 1903 prestou concurso para amanuense na Diretoria do Expediente da Secretaria da Guerra, tendo sido classificado em segundo lugar, e aposentou-se do cargo em 1918, após 14 anos de serviço sob o laudo de epilepsia tóxica. O escritor não constituiu família e a solidão foi uma de suas marcas. Viveu dividido entre a busca pelo reconhecimento de sua literatura e as amarguras de uma vida que não o contemplava.

Homem do subúrbio, mas que frequentava o mundo da letras, viveu equilibrando-se entre esses dois mundos tão distintos. Muito consciente da dinâmica social e do sistema de apadrinhamento dominante no nosso país no final do século XIX e início do século XX tantas vezes denunciado em suas obras, o escritor buscou fazer de sua literatura sua missão, retratando através de sua forte experiência com as questões sociais, políticas e culturais de sua época, as feridas sociais e os aspectos culturais da recém instaurada República do Brasil, especificamente na então capital do país (Rio de Janeiro).

Lima Barreto escreveu dezessete obras entre elas: *O Subterrâneo do castelo no morro* (1905) e *Marginália* (1956), porém o escritor só obteve reconhecimento após sua morte em 1922.

Em seus escritos, Lima Barreto nos aponta a falta de expectativa por parte dos sujeitos tidos como “anormais” por não corresponderem às demandas de um sistema social que colocou sob suspeita os indivíduos e as classes sociais incômodas, nos possibilitando perceber como a sociedade classificou e lidou com a insanidade, com a pobreza, com a política, e quais foram as consequências geradas na vida daqueles vistos como loucos pelo saber médico, que utilizando-se do argumento de resgatar os indivíduos do caos dos julgamentos sociais, morais e raciais, isolou e excluiu os sujeitos que comprometiam a ordem pública.

A experiência do escritor Lima Barreto com a loucura deveu-se principalmente ao seu vício com o álcool que resultou em duas internações no Hospício Nacional de Alienados do Rio de Janeiro (D. Pedro II), a primeira de 18 de agosto a 13 de outubro de 1914 e a segunda de 25 de dezembro 1919 a 02 de fevereiro de 1920. Diagnosticado como alcoólatra e neurastênico o que lhe rendeu o estigma social de louco e a perseguição da polícia, além de delírios causados por suas angústias e insatisfações, o escritor questionou o processo de modernização no Brasil do período com forte lucidez, que pode ser entendida como evidência da sua exceção em meio aos casos de distúrbios mentais graves.

Neste período, o alcoolismo compunha o grupo das doenças diagnosticadas como loucura moral pelo saber médico, que transferiu a loucura da categoria de distúrbio da razão para a esfera do comportamento, fazendo com que a mesma passasse a ser vista como algo natural de seu portador e não mais como um estado transitório de insanidade. O discurso médico descreveu a loucura moral como uma doença invisível e insidiosa passível de ser revelada apenas pelo seu diagnóstico e buscou através do medo do hospício que acompanhava o cotidiano do “louco”, tornar o mesmo dócil e conivente com sua própria prisão. Práticas de resistências são empreendidas por esses indivíduos forçados como imbecis e incapazes, que terão sua exclusão justificada através da indisciplina, da sujeira, do perigo e do medo de contágio.

As questões que envolvem o tempo e o cotidiano do trabalho⁶ ganham força nos primeiros anos do século XX no Brasil, que pretendia-se moderno e disciplinado, fazendo do controle do tempo algo fundamental para o imenso esforço empreendido pelo Estado em transformar a sociedade em apta ao trabalho e à disciplina. Logo, as práticas “anti- sociais” como a vagabundagem, o jogo, o vício e a prostituição que representavam um risco ao mundo do trabalho, tornaram-se temas desta psiquiatria voltada para a sociedade e para a cidade. Diagnosticado como um viciado em álcool, Lima Barreto tornara-se alvo da medicina alienista compondo a corte dos perturbadores da ordem e experimentando o cotidiano do espaço asilar, esse chamado por ele de *inferno social*.

⁶ THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

Através de um diário íntimo, Lima Barreto nos retrata a sua segunda experiência no hospício, revelando as várias nuances do cemitério dos vivos, descrevendo a sua chegada à instituição no Natal de 1919, os comportamentos e práticas dos médicos e dos demais funcionários, as instalações do hospício e os diversos tipos de “loucos” ali presentes.

“Que dizer da loucura? Mergulhado no meio de quase duas dezenas de loucos, não se tem absolutamente uma impressão geral dela. Há, como em todas as manifestações da natureza, indivíduos, casos individuais, mas não há ou não se percebe entre eles uma relação de parentesco muito forte. Não há espécies, não há raças de loucos; há loucos só”. (BARRETO, 1993, p. 39).

O escritor foi internado no Hospício Nacional de Alienados do Rio de Janeiro (D. Pedro II), inaugurado em 1852 com 140 pacientes, através de uma lei do Conselho do Império (lei de 18.07.1841) em parceria com a provedoria da Santa Casa de Misericórdia. O Hospício Pedro II localizava-se na antiga Praia da Saúde, hoje Praia Vermelha.

Segundo Maria Clementina, são constantes nos documentos oficiais e nas descrições da época, as queixas generalizadas de administrações de prisões, hospitais gerais e das Santas Casas de Misericórdias, quanto à indisciplina gerada pelo convívio maléfico entre loucos e sãos, em prejuízo à ordem dos estabelecimentos. (CUNHA, 1996, p. 58). Neste período, as instituições envolvidas com as questões de saúde e de segurança passaram a cobrar do Estado iniciativas para a construção de locais destinados às funções terapêuticas e ao assistencialismo que buscassem a cura e o tratamento moral dos indivíduos que sofriam de insanidade.

Lima Barreto oscila ao refletir acerca de sua internação, da loucura e da própria instituição em seu diário, demonstrando que ao imergir no mundo dos loucos, em alguns momentos se sentia e se aceitava como um deles e em outros momentos caía em profundo niilismo, questionando-se por estar ali. Isso nos leva a pensar como tais sujeitos se relacionavam e reagiam ao ambiente social do hospício, que na maioria das vezes estavam relegados ao silêncio. Porém, devemos pensar o louco, de certa forma,

como um parceiro do alienismo, parceiro esse subordinado, cuja voz era suprimida pela voz do saber. Sobre isso Lima Barreto nos diz:

“O terrível nessa coisa de hospital é ter-se de receber um médico que nos é imposto e muitas vezes não é da nossa confiança. Além, disso, o médico que tem em sua frente um doente, de que a polícia é tutor e a impersonalidade da lei, curador, por melhor que seja, não o tem mais na conta de gente, é um naufrago, um rebotinho da sociedade, a sua infelicidade e desgraça podem ainda ser úteis à salvação dos outros, e a sua teima em não querer prestar esse serviço aparece aos olhos do facultativo, como a revolta de um detento; em nome da Constituição, aos olhos de um delegado de polícia. A Constituição é lá pra você?”
(BARRETO, 1993, p.174)

Ainda falando da sua postura diante do saber alienista, Lima Barreto nos fala:

(...) “Porquanto estou disposto a obedecer tanto ao de hoje como ao de amanhã, pois não quero, com a minha rebeldia, perturbar a felicidade que eles vêm trazendo à sociedade nacional, extinguindo aos poucos o vício e o crime, que diminuem a olhos vistos”. (...) “A medicina, ou a sua subdivisão que qualquer outro nome possua, deve dispor de injeções ou lá que for, para evitar esse antipático e violento recurso, que transforma um doente em assassino nato involuído para fera.”
(BARRETO, 1993, p. 122).

O escritor pensa acerca das descrições sobre a loucura.

“Por que a riqueza, base da nossa atividade, coisa que, desde menino, nos dizem ser o objeto da vida, da nossa atividade na terra, não é também a causa da loucura?” (BARRETO, 1993, p. 40).

Considerando as obras de Lima Barreto como evidência histórica, centrando-me entre o período de suas internações (1914 e 1919) até 1922, ano de sua morte, busco perceber o que o escritor pensava e escrevia acerca da loucura, dos métodos de “cura” a

qual os loucos eram submetidos, do mundo interior e exterior do hospício e dos médicos vistos por ele como homens muitas vezes “*imbuídos de uma ar de certeza de sua arte, desdenhando inteiramente toda a outra atividade intelectual que não a sua*”. (BARRETO, 1993, p. 24).

Através de suas elaborações escritas que partiram do real a qual estava inserido, além dos documentos produzidos pelo Hospício Nacional do Rio de Janeiro Dom Pedro II sobre as suas internações, pretendo alcançar aspectos da sociedade da época, como: o que é ser louco no período, os debates produzidos acerca da loucura, o discurso médico, a instituição manicomial, as práticas exercidas sobre os loucos e como a sociedade percebia a loucura, o louco e o discurso alienista.

3 Lima Barreto, a escrita de si e a escrita da História.

Angela de Castro Gomes⁷ em seu livro *Escrita de si, escrita da história* nos diz que além da questão da materialidade do objeto, a escrita de si estabelece uma relação de domínio do tempo que está determinada por seus objetivos e pela sensibilidade que a provoca. Isso nos possibilita pensar que ao produzir um diário, ou seja, uma escrita de si, o sujeito manifesta o desejo de guardar um tempo, de assegurar uma memória, demonstrando que há momentos na vida de uma pessoa que estimulam essa prática, fazendo com que a mesma produza textos que registrem uma fase específica de sua vida.

No mesmo livro a autora nos chama a atenção para a questão de que se deve entender a escrita de si como uma produção que parte de um “editor” e não um de autor propriamente⁸. É como se o ato de escrever sobre si fosse um trabalho de seleção, ordenação, significação e resignificação de um dado trajeto de vida, transformando-o em texto com um autor e uma narrativa.

Utilizando como fonte o diário produzido por Lima Barreto, documento que relata a internação do escritor, o diário íntimo traz anotações que expõem a experiência,

⁷ GOMES, Angela de Castro. *A escrita de si, a escrita da história*. Organizadora: Angela de Castro Gomes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

⁸ Idem.

as impressões e as confissões do escritor sobre a instituição psiquiátrica e sobre a loucura. Revelando aspectos desse verdadeiro cemitério de vivos em *Diário do hospício*, Lima Barreto registra sua experiência no espaço asilar, fazendo de sua escrita uma estratégia de “sobrevivência” ao inferno social.

Produzindo um raro documento para a história ao falar sobre a experiência do louco, o escritor aponta elementos do cotidiano asilar: a alimentação, o vestuário, a arquitetura, as seções (alas) e a hierarquização (tratamento diferenciando entre loucos ricos e pobres, homens e mulheres e brancos e negros). Além de nos falar sobre acompanhamento médico, relação entre funcionários e pacientes, tipos de loucos, terapias, convivência entre os loucos, angústias, medo e solidão.

Um livro de memórias carregado de subjetividades produzidos na instituição, nos permite pensar acerca das várias práticas de exclusão social experimentadas no Brasil do período, além de elucidar a sensibilidade e a capacidade crítica do escritor, O documento potencializa desabafos, angústias, confidências e lutas de um sujeito impedido de viver socialmente, proporcionando à História um relevante testemunho desse processo histórico.

Outra fonte que utilizo é o romance *O cemitério dos vivos* de Lima Barreto, que narra em chave ficcional, a experiência da loucura presente no diário do mesmo (*Diário do hospício*). A obra descreve a vida de Vicente Mascarenhas que no Natal de 1919 (assim como Lima Barreto) foi internado em um hospital psiquiátrico. O livro fala tanto de uma tragédia pessoal quanto familiar do personagem, alternadas por suas memórias do hospício. O mesmo aponta lembranças vivenciadas por Mascarenhas (personagem principal e narrador) dentro e fora do espaço manicomial, revelando a insatisfação por parte desse sujeito em relação ao seu meio social.

No romance fica nítido o fascínio que Mascarenhas tem pela leitura, nos fazendo pensar na vontade de Lima Barreto em demonstrar que o sujeito “insano” também pode ser sábio e lúcido. Nesse livro o escritor revela sua forte rebeldia intelectual, política e cultural, além de denunciar a clara distinção social experimentada também dentro do hospício, distinção essa realizada pelo saber médico que diferenciava as formas de tratamento de cada paciente baseando-se na condição econômica e social do mesmo.

Sobre a relevância da escrita do romance para se pensar a história, Antonio Celso Ferreira⁹ nos diz em *O historiador e sua fontes* que o romance contemporâneo está inteiramente entranhado na história e de história, não só porque integra os modos de produção, circulação e consumo da cultura em épocas determinadas, mas também por ter o tempo como elemento básico de sua estrutura narrativa.

Segundo CHALHOUB e PEREIRA¹⁰ em *A História Contada*, a história social ao se apropriar da literatura adota essencialmente um pressuposto materialista de análise, e que a obra literária vista como um testemunho histórico de determinado período deve ser entendida como um problema histórico a ser explorado e analisado. Com isso, a pesquisa histórica busca não somente a suposta autonomia da obra literária em relação à sociedade a qual pertence, mas perceber a maneira como a mesma representa a sua relação com a realidade social, mesmo quando a obra literária se nega a fazer.

A obra literária apresenta-se como evidência histórica por estar situada em um determinado tempo, fazendo com que o historiador busque a lógica social do texto, pois segundo Machado de Assis¹¹, é preciso exigir do escritor antes de tudo, certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país.

A história ao se debruçar sobre a obra literária deve buscar o sentimento íntimo de homens e mulheres de outras épocas para entender os processos históricos no qual estão inseridos. Cabe à mesma, analisar de maneira detalhada as condições de produção do documento, compreender o contexto em que foi produzido e interrogar as intenções do sujeito histórico que o produziu, compreendendo como esse sujeito representa para si mesmo a relação entre aquilo que pensa e a realidade a qual faz parte, uma vez que, obra literária e escritor estão inseridos nas tramas sociais e nos conflitos de sua contemporaneidade.

Além das duas obras literárias utilizadas como fontes, buscarei analisar o corpo documental produzido pela instituição Hospício Nacional de Alienados Dom Pedro

⁹ PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina (orgs). *O historiador e suas fontes*. FERREIRA, Antonio Celso. In: A fonte fecunda. São Paulo: Contexto, 2012.

¹⁰ CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A história contada*: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹¹ Idem.

II(prontuários médicos) acerca do “paciente” Lima Barreto, fontes essas que exigem uma análise atenta para as particularidades dos sujeitos, uma vez que, prontuários médicos são constituídos a partir de uma escrita de regularidade e de histórias repetidas. Tentarei refletir para além do que está escrito nos prontuários médicos, atentando-me às experiências múltiplas do mesmo, fugindo das formas e dos padrões a que os “loucos” são submetidos.

A experiência com a loucura guarda em si histórias diversas, pessoais e intransponíveis, o que nos exige o afastamento de generalizações teóricas para que não reduzamos os sujeitos a estatísticas. A percepção de tais sujeitos (loucos) que se relacionam e reagem com o seu ambiente social, nos pede uma compreensão sensível à experiência individual, incorporada à problemática histórica, agregando à nossa análise outras falas: a do próprio louco.

Bibliografia

Fontes

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *O alienista*. São Paulo: Ática, 1998.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

BARRETO, Afonso Henrique de Lima. *Diário do Hospício; o cemitério dos vivos*. Afonso H. de Lima Barreto. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, divisão de editoração, 1993

Bibliografia complementar

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250p.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Cidadelas da ordem*. A doença mental na República. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *O espelho do mundo*: Juquery, a história de um asilo. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Problematização do sujeito*: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.

PONTES, Cleto. *Machado de Assis, Lima Barreto e o hospital psiquiátrico*. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2010.

ROCHA, Fátima. *Cemitério dos vivos de Lima Barreto*: entre o documento biográfico e a elaboração ficcional. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. Nicolau Svecenko.- São Paulo: Brasiliense, 1999.

STAROBINSKI, Jean. A literatura. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. São Paulo: Companhia das letras, 1998